

Colóquio “Reorganização em debate: as políticas educacionais e os movimentos de resistência” (São Paulo, SP: 16/04/2016)

Texto informativo de subsídio ao debate (versão preliminar)

Este informativo tem como objetivo refletir sobre a proposta de reorganização escolar da rede estadual paulista, problematizando os fundamentos e alguns aspectos da operacionalização desta iniciativa.

A proposta da rede de pesquisadores é pensar a gestão escolar e a qualidade do ensino público como elementos indissociáveis do processo educativo, entendendo que as dimensões do direito à educação, da demanda social por ensino e do planejamento escolar devem ser integradas.

Ter direito à educação pública significa disponibilizar um número suficiente de vagas escolares para atendimento a todos, mas, além disso, significa proporcionar acesso equânime, assegurando que a infraestrutura e as condições socioeconômicas não gerem desigualdades; significa ainda, um ensino que aceita e reconhece as tradições e manifestações culturais, a materialidade, as diferenças e a organização social dos grupos que frequentam a escola, e que se adapte e inter-relacione com as demandas socialmente referenciadas que se apresentam hoje e se projetam para o futuro. Nesse sentido, atender o direito de todos à educação, nessa sociedade, exige que o diagnóstico (demográfico, econômico, cultural, político e social) seja realizado de modo participativo e pedagógico; e que a consequente formulação e implementação das políticas públicas educacionais, dele decorrentes, expressem um planejamento consistente com a educação que se objetiva e se partilha socialmente.

Como informa a página virtual da SEE <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/> “O processo de Reorganização Escolar, que amplia o número de escolas com ciclo único, foi adiado pelo Governo do Estado, a fim de ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar. A proposta favorece a gestão das unidades e possibilita a adoção de estratégias pedagógicas focadas na idade e fase de aprendizado dos alunos”.

A proposta de reorganização escolar da SEE trazia dois argumentos principais:

“Com a divisão das escolas por ciclo, algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos; outras serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos”.

“A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens”.

“As escolas que oferecem apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio – são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores”.

“Entre os benefícios da medida também está a redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes”

Este argumento foi fundamentado pelo ensaio “Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos”, produzido pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA) da SEE em agosto de 2015.

As inconsistências e insuficiências do referido ensaio já foram tratadas no documento “Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo”, produzido por professores da UFABC, em novembro de 2015, e utilizado pelo Ministério Público Estadual para suspender o processo de reorganização.

O segundo argumento principal para a reorganização proposta pela SEE:

“A Educação utilizou como base o levantamento realizado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre os anos de 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos”.

Com o título “Levantamento sobre a evolução das matrículas no ensino básico estadual” o documento produzido pela Fundação SEADE em setembro de 2015 tinha como objetivo “(...) apresentar algumas importantes transformações demográficas, políticas e econômicas pelas quais o Estado tem passado, bem como analisar seus impactos nas políticas educacionais de São Paulo”.

Pautado neste argumento/documento vamos realizar uma análise da demanda social por ensino considerando as matrículas e o estoque de estudantes potenciais (população fora da escola) na rede estadual, as mudanças populacionais (demográficas) e o cenário econômico.

Em primeiro lugar, reivindicamos maior transparência (deve-se publicar sempre os dados brutos, com tratamento a fim de eliminar inconsistências, mas permitindo que qualquer cidadão possa reproduzir agregações, frequências etc.), tendo um espaço na página da secretaria estadual onde estejam disponibilizados os dados considerados oficiais. Evitando assim, movimento de informações com registros de base diferente; por exemplo, o INEP publica todos os anos seus relatórios do censo escolar, mas também os microdados.

Por exemplo, no ensaio “Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos”, produzido pela CIMA, o dado na tabela do documento continha 2.848 escolas que atendiam anos finais do Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM), já na tabela enviada pela SEE, por meio do sistema de acesso a informação ao cidadão o número era de 2.879 escolas. Além disso, nesta mesma tabela enviada, os dados de matrícula do EM de 2014 e 2015 estavam repetidos (idênticos).

Estas e outras diferenças encontradas na informação, evidentemente, estão relacionadas à forma de sistematização do dado a cada pedido ou demanda. O que poderia ser evitado se houvesse uma fonte oficial disponibilizada na página da secretaria e que poderia apresentar o fluxo de matrículas de forma corrente.

Vamos nos reportar, nesta análise, aos dados que recebidos do sistema de informação estadual (acesso a lei de transparência), respondido pela SEE, e que tem como base: o censo escolar nacional INEP, até 2014, e que, portanto tem como referência "Número de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola no Dia Nacional Censo Escolar, última quarta-feira do mês de maio"; os dados de 2015 foram retirados do Diário Oficial da União; e os de 2016 que tiveram como fonte o cadastro de matrícula da SEE de janeiro de 2016.

Tendências das matrículas no período 2000 a 2014:

O documento da Fundação Seade (SEADE, 2015) afirma que no período de 2000 a 2014 as matrículas no EF anos iniciais e finais e no EM caíram de 5,6 milhões para 3,8 milhões de alunos, portanto uma queda de 1,8 milhões de matrículas no período. Como explicação para esta queda o documento correlaciona dois fatores: aumento das matrículas da rede municipal (no período 700 mil) e da rede particular (no período 265 mil); e queda da população na faixa etária de 6 a 17 anos no período de 8,1 para 7,1 milhões de crianças e adolescentes (redução de 1 milhão). Observe-se que a conta não fecha: $700+265+1000=1,965$ milhão; enquanto a redução das matrículas na rede estadual paulista teria sido de 1,8 milhão.

A seguir, analisaremos as variáveis demográficas mencionadas pela Fundação Seade, lembrando porém que a demanda e o atendimento escolar são afetados também pelo fluxo, dependente dos índices de reprovação e abandono escolar que, somados, representavam no conjunto das redes de ensino paulistas 4,8% no Ensino Fundamental e 16,3% do Ensino Médio em 2013, sendo especialmente elevadas na rede estadual (respectivamente

6,1% e 18,5% naquele ano) de acordo com publicação da CIMA relativa ao desempenho escolar.

Primeiro, é importante destacar dois conceitos na análise de fenômenos sociais: componentes demográficos e análises univariadas.

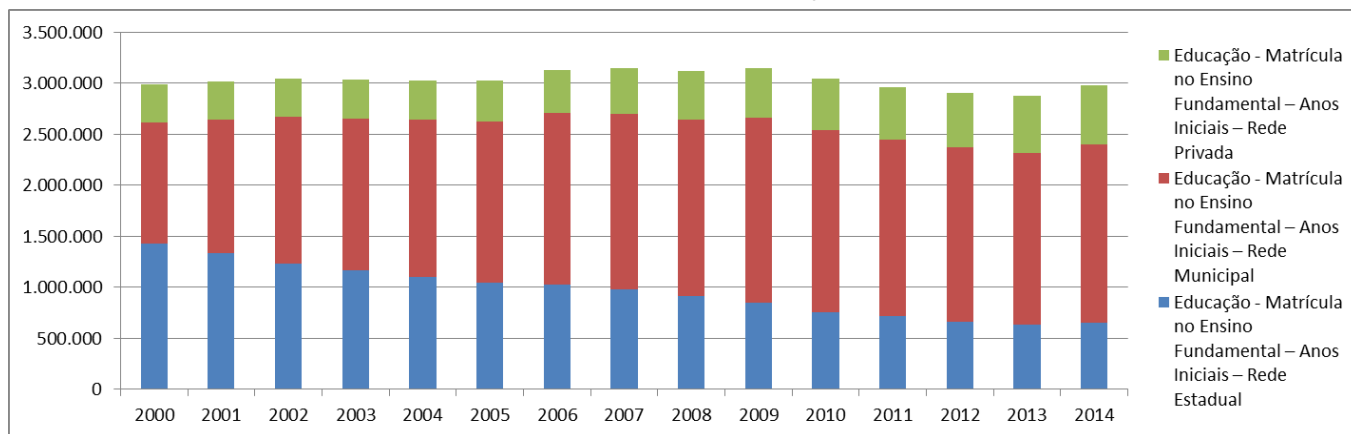
A demografia tem como objeto principal de estudos as mudanças populacionais e, para tal, trabalha com três componentes demográficos (nascimentos, mortes e migração). Desta forma, com os dados que temos disponíveis vamos tentar analisar o fenômeno demográfico imaginando seu impacto nas matrículas da rede estadual SP. Porém, nunca é demais lembrar que a variação nos componentes demográficos (fecundidade, por exemplo) é uma combinação de aspectos sociais e naturais (a cultura, a economia, a saúde pública, fenômenos não esperados como desastres naturais ou melhora nas expectativas de futuro) que podem alterar os ritmos de crescimento ou decréscimo de qualquer um destes componentes. Em projeções demográficas, sempre se trabalha com a extensão do comportamento das taxas no passado como tendência do futuro.

Os economistas, predominantemente, utilizam um conceito de análise univariada (*ceteris paribus*) para simular o efeito de uma variável sobre o fenômeno observado (como se diz, mantidas todas as outras variáveis que influenciam o fenômeno, constantes). Este conceito ajuda a pensar a influência de uma variável, mas, obviamente, gera uma simplificação do fenômeno social criando um modelo imperfeito (representação da realidade).

Matricular-se na escola, por mais que o ensino dos 6 a 17 anos seja obrigatório, depende de um conjunto de fenômenos (todos agindo ao mesmo tempo na realidade concreta) que torna complexa a verificação de impactos demográficos e econômicos nos níveis de matrículas. Vamos refletir sobre alguns destes fenômenos.

As matrículas em análise provêm de fontes oficiais e constam do censo escolar nacional elaborado pelo INEP.

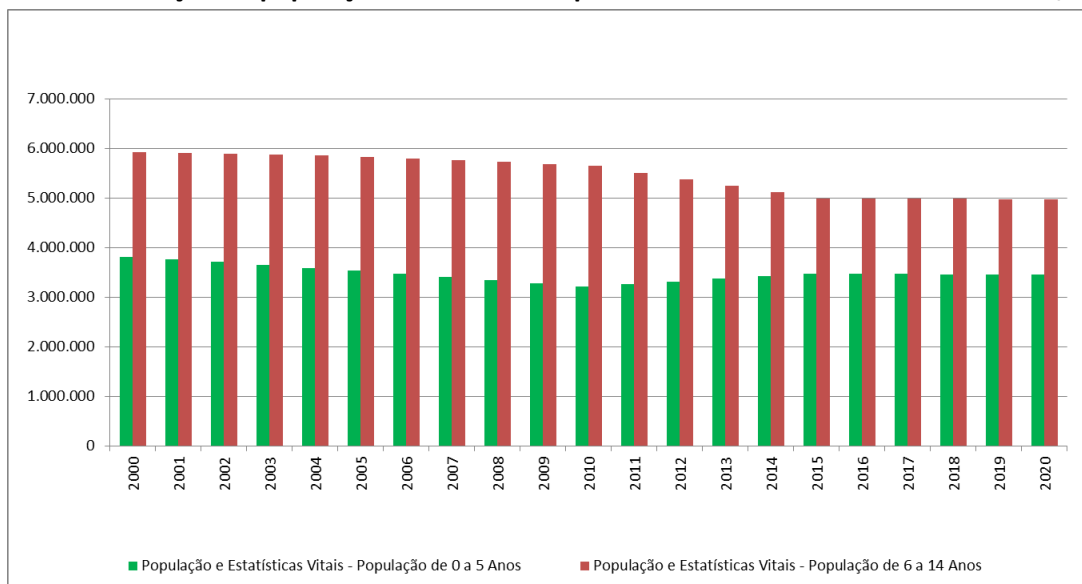
Gráfico 1 - Evolução da matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental por dependência administrativa – Estado de São Paulo - 2000/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

A tendência das matrículas nos anos iniciais é de estabilidade, no patamar em torno de 3 milhões. O que se diferencia é a tendência de substituição do atendimento na rede estadual para a rede municipal. Esta afirmação fundamenta-se na projeção populacional, considerando os dados do registro civil para crianças na faixa etária correspondente a esta etapa.

Gráfico 2 - Evolução da população de 0 a 14 anos por coorte – Estado de São Paulo - 2000/2014



Fonte: Fundação Seade.

O documento da Fundação SEADE de 2015 corrobora com esta visão (apesar de destacar mais o período de decréscimo que foi de taxas expressivas, aceleradas, de queda da população nas faixas etárias analisadas), pois projeta a população entre 6 e 17 anos com 6,8 milhões em 2030 (redução de 300 mil pessoas, o que demonstra uma forte desaceleração das taxas em relação aos anos recentes. 2008 a 2014).

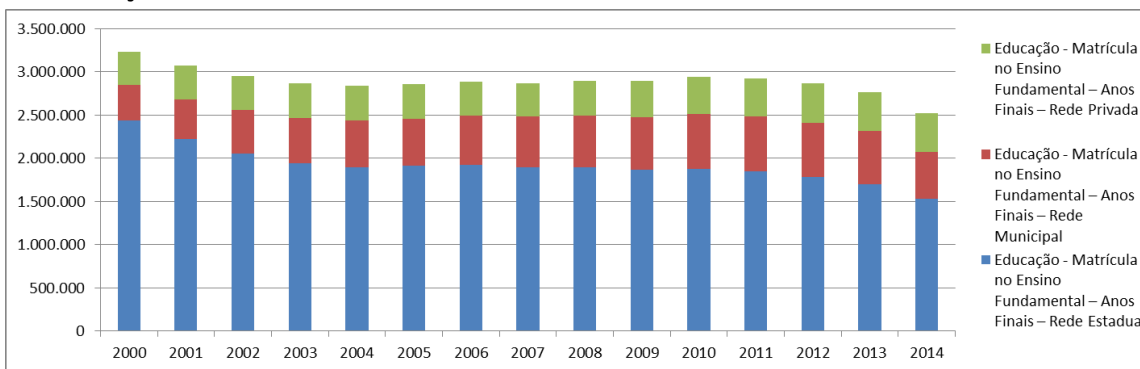
Importante destacar que o movimento populacional (tábuas de natalidade e mortalidade) demonstra períodos de expansão e retração dos volumes populacionais. A tendência é dada sempre pela base dos grupos etários (aqui demonstrada a partir da faixa etária de 0 a 5 anos). A menos que haja um fato excepcional (fecundidade e mortalidade aumentadas ou diminuídas), o gráfico acima demonstra que há uma tendência de redução a taxas crescentes do grupo base (0 a 5 anos) até o período de 2010 e depois uma inflexão dos movimentos a taxas crescentes e depois estabilização a partir de 2011 (importante destacar que no ano 2010 o dado reflete o censo populacional IBGE e os anos não censitários são projetados pelas tábuas de mortalidade e natalidade do registro civil pela fundação Seade).

Notem que o movimento dos grupos etários apresentados no gráfico funcionam como ondas (janelas demográficas), ou seja, o que ocorre com a população de 0 a 5 anos impacta os dados do grupo etário seguinte nos anos subsequentes, assim, o mesmo movimento de inflexão de queda do volume de população da faixa 0 a 5 anos, já pode ser notado na faixa 6 a 14 anos na projeção até 2020 (estabilidade do crescimento do grupo etário em torno de 5 milhões de pessoas) e depois acontecerá a mesma coisa com os adolescentes de 15 a 17 anos. Isto ocorre por que se trata de uma análise de coorte, ou seja, acompanhar um grupo populacional nascido em determinado período até o seu desaparecimento (morte).

Se a população de 0 a 5 anos se estabilizar em torno de 3,5 milhões de pessoas, então é razoável supor que as matrículas no ensino fundamental dos anos iniciais também se estabilizarão neste patamar (claro que não está considerado aqui o efeito das migrações) e, conseqüentemente, analisando o impacto dos nascimentos e mortes, o mesmo ocorrerá com as outras faixas etárias (etapas de ensino), ou seja, tenderão também à estabilidade de matrículas.

O mesmo pode ser dito (ondas) em relação à etapa seguinte.

Gráfico 3 - Evolução da matrícula nos anos finais do Ensino Fundamental – Estado de São Paulo - 2000/2014

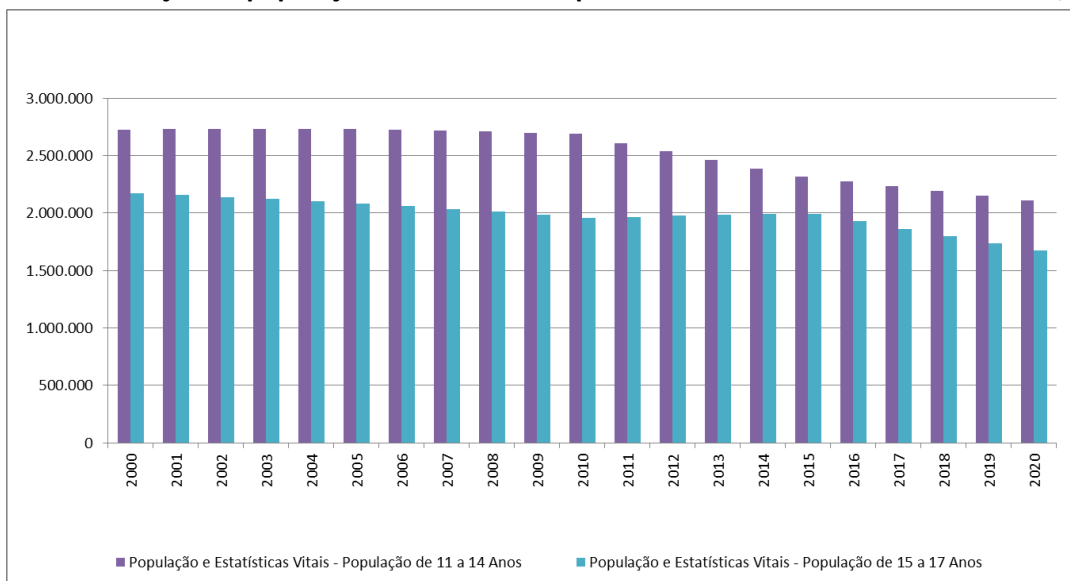


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

No caso das matrículas dos anos finais do EF nota-se uma tendência de redução no volume de matrículas no período 2000 a 2014. Esta redução se dá essencialmente nas matrículas da rede estadual, não obstante a partir de 2011 a rede municipal também começa a ter queda nas suas matrículas, inflexão em relação de crescimento observado a partir de 2000 e, particularmente uma redução de mais de 60 mil matrículas de 2013 para 2014.

A explicação principal, para as reduções de matrícula nesta etapa de ensino, deve estar relacionada ao movimento demográfico (onda de redução populacional descrita na faixa etária anterior). Notem (Gráfico 4) que a tendência do grupo etário de 11 a 14 anos é de decréscimo a taxas crescentes a partir de 2010.

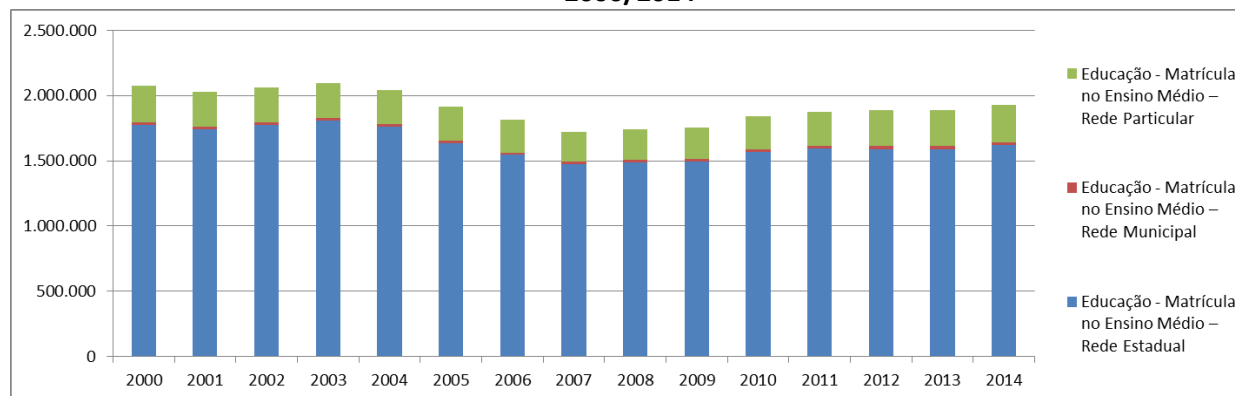
Gráfico 4 - Evolução da população de 11 a 17 anos por coorte – Estado de São Paulo - 2000/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

Isso porque até a etapa do EF a taxa de escolarização líquida é de 103,41%, ou seja, praticamente todas as crianças e adolescentes desta faixa etária ideal estariam frequentando a escola. Claro, que apesar de não ser preponderante para os estudantes de até 14 anos, também há efeitos da conjuntura econômica sobre o trabalho precoce na permanência destas crianças e adolescentes na escola (segundo a PNAD 2014, 51 mil crianças entre 10 e 14 anos estavam ocupadas no Estado de São Paulo na semana de referência da pesquisa), mas este efeito é mais acentuado para os jovens que cursam o EM.

Gráfico 5 - Evolução da matrícula no Ensino Médio por dependência administrativa – Estado de São Paulo - 2000/2014



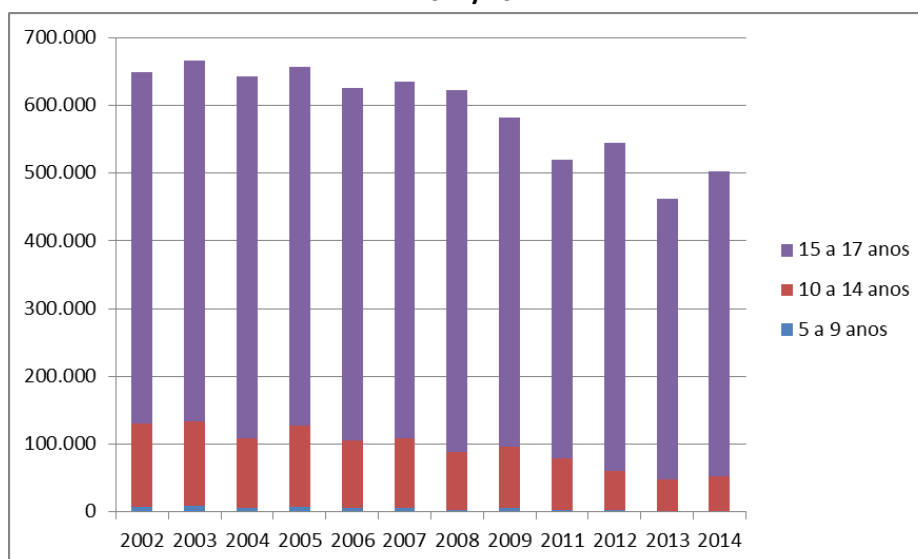
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

Curiosamente, a etapa do EM mostra uma tendência, no período 2000 a 2014, diferente das etapas anteriores, uma vez que há sucessivos movimentos de crescimento e queda das matrículas no período. Observe-se, primeiro, que o efeito da onda de redução demográfica só deve aparecer a partir de 2015 e, segundo, que até 2014 há um crescente aumento da taxa de escolarização líquida no EM (78,35% em 2014) no Estado de São Paulo.

Nesta etapa o efeito econômico (crescimento, renda e mercado de trabalho) é bastante significativo. E ela se dá, infelizmente, na ocupação de postos de trabalho no mercado informal.

A dinâmica da PEA de 16 a 24 anos nos últimos dez anos sugere que os jovens têm aumentado a participação no mercado de trabalho nos períodos de desaceleração econômica, numa tentativa de recompor o rendimento familiar. Mas isso não necessariamente significa ocupação, pois entre 2013 e 2014 houve um crescimento da PEA de 16 a 24 anos em 2,7%, mas a taxa de desocupação neste grupo saltou de 14,8% para 16,6% (IBGE, 2015).

Gráfico 6 - Evolução do número de crianças e adolescentes ocupadas por grupos de idade – Estado de São Paulo - 2012/2014

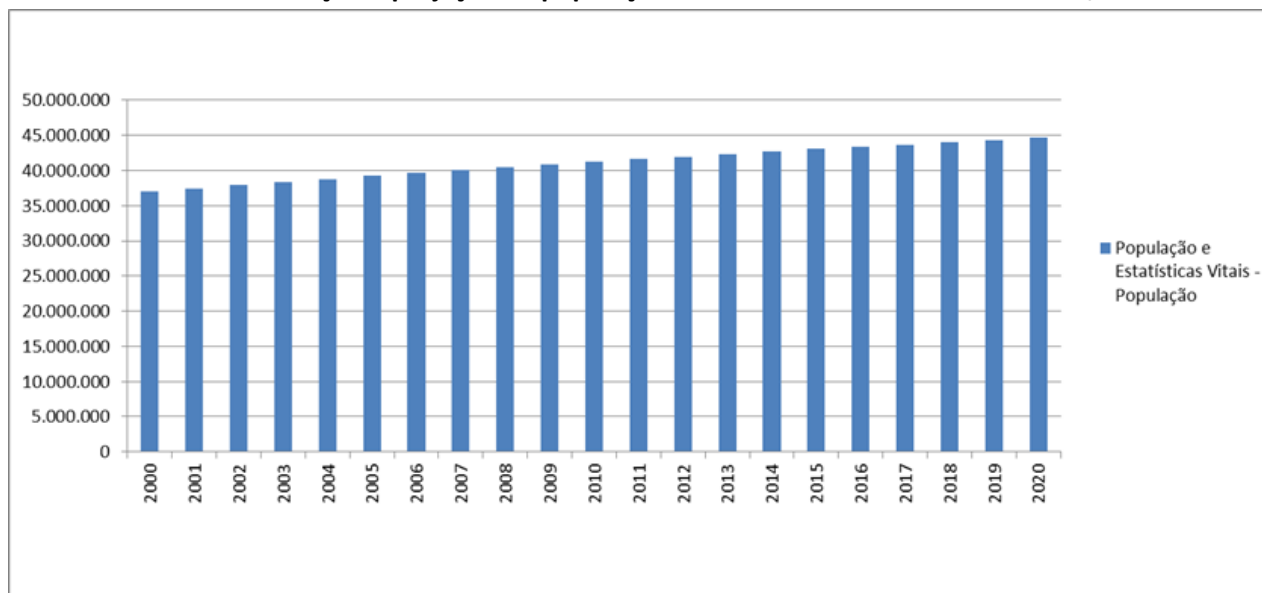


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2002/2014

O gráfico anterior mostra que 449 mil adolescentes de 15 a 17 anos, segundo a PNAD 2014, estavam ocupados na semana de referência da pesquisa. Se considerados a faixa dos 15 aos 19 anos este volume salta para 1,196 milhões de jovens e adolescentes.

Os dados do EM, historicamente, demonstram que esta etapa de ensino, tal qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é mais suscetível às variações nas condições de vida e consumo. Não por outra razão, há de se questionar o planejamento da oferta de classes que considera apenas o movimento do volume de matrículas, uma vez que, como já demonstrado nos dados da projeção populacional, apesar da onda esperada de queda do volume de população em SP e no país, a tendência pelo menos até 2020 ainda será de estabilidade de volumes populacionais. Sem contar o grande desafio nesta etapa e no grande estoque de escolaridade do EJA, de ofertar educação pública para todos.

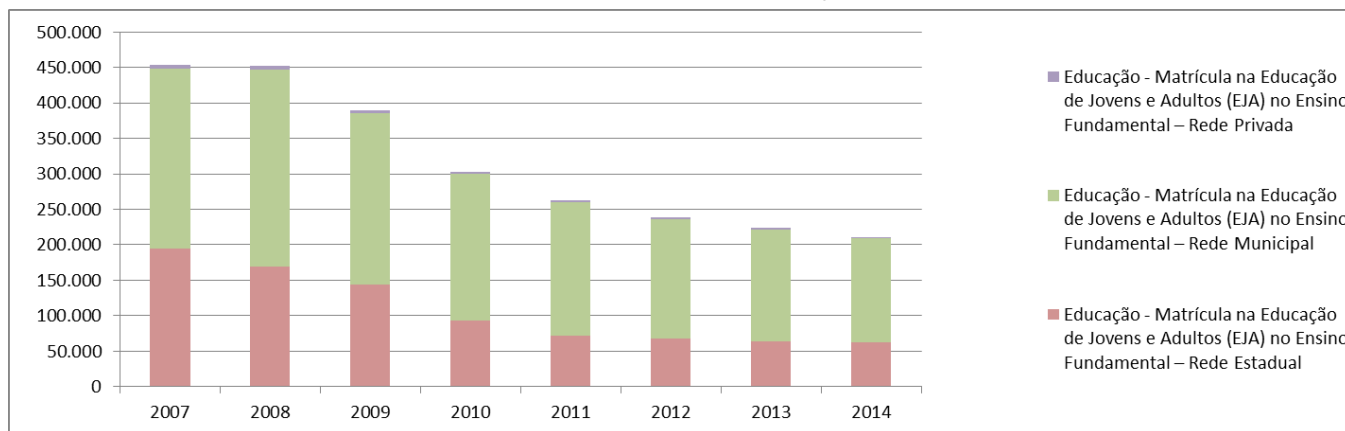
Gráfico 7 - Evolução e projeção da população total – Estado de São Paulo - 2000/2020



Fonte: Fundação Seade.

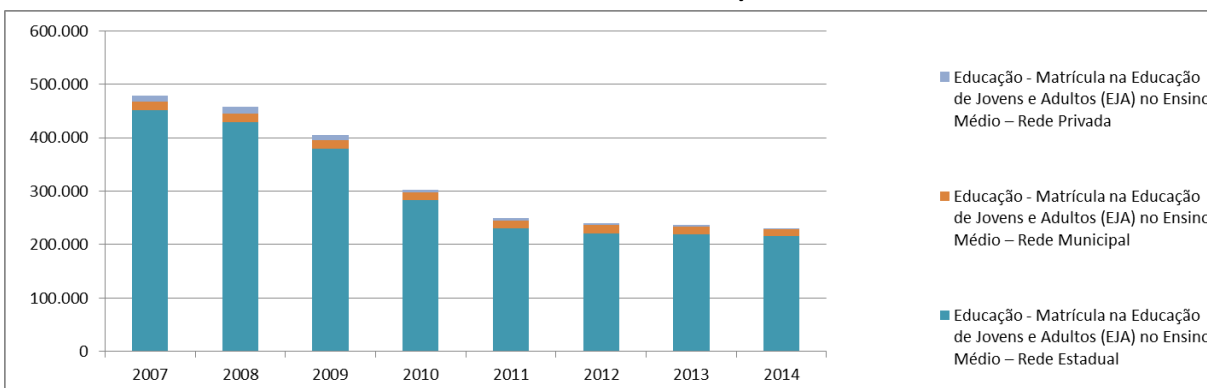
No caso da EJA a situação é dramática, devido à acelerada e persistente redução das matrículas registrada desde 2006, que atinge todas as redes e etapas do ensino básico, sendo, porém, mais acentuada na rede estadual (Gráficos 8 e 9).

Gráfico 8 - Evolução das matrículas no Ensino Fundamental na modalidade EJA por dependência administrativa – Estado de São Paulo – 2007/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

Gráfico 9 - Evolução das matrículas no Ensino Médio na modalidade EJA por dependência administrativa – Estado de São Paulo - 2007/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

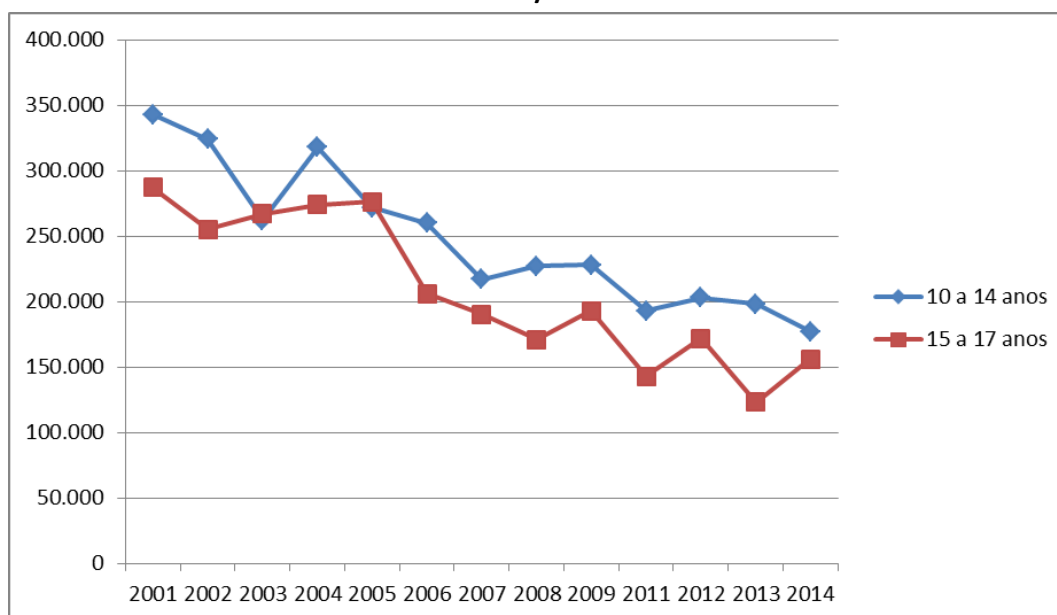
Apesar da taxa de analfabetismo absoluto em âmbito estadual tender ao declínio e situar-se abaixo da média nacional (3,7% em 2013), a escolaridade média da população paulista é baixa (a média de anos de estudos da população entre 15 e 64 anos é de 9,63 anos no Estado de São Paulo, segundo PNAD 2014). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, dos mais de 32 milhões de paulistas com 15 anos ou mais, 37% não haviam terminado o Ensino Fundamental, e dentre as pessoas com 18 anos ou mais, que totalizavam em 2010 quase 19 milhões de pessoas em todo o Estado, mais de 5 milhões não haviam concluído o Ensino Médio; portanto, a demanda potencial por escolarização básica de jovens e adultos no Estado somava, naquele ano, quase 17 milhões de paulistas.

Nesse particular, deve-se considerar que o índice de envelhecimento (proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos) no Estado de São Paulo em 2014 era de 64,32% em 2014, segundo a Fundação Seade; o aumento da razão de dependência dos idosos projeta impactos socioeconômicos nas esferas do emprego, da renda, da saúde, da previdência e da assistência social, que uma elevação de escolaridade poderia mitigar.

Por fim, além da necessidade de compreensão destas informações desagregadas por regiões (administrativas, municípios, distritos) é igualmente importante que o planejamento da demanda educacional também considere os fluxos das transferências de matrículas (o que na demografia equivale a observar o efeito migratório sobre a composição da população).

O efeito migratório (populacional) é um componente de grande instabilidade para o planejamento escolar. Notem, no gráfico 10, que apesar da tendência, no período 2001 a 2014, de queda no número de não naturais de SP segundo a PNAD (menos imigrantes de outras unidades da federação) a variação é bastante intensa de ano a ano. Por exemplo, do ano de 2013 para 2014 aumentou em 33 mil o número de adolescentes de 15 a 17 anos e reduziu-se em 21mil o número de crianças de 10 a 14 anos.

Gráfico 10 - Evolução do número de pessoas não naturais, por grupos de idade – Estado de São Paulo - 2001/2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

Tendências das matrículas no período 2015 a 2016:

Analisamos os dados do cadastro das escolas da rede estadual, obtido da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo através da Lei de Acesso à Informação, e comparamos as situações de 2015 e 2016 em relação a número de alunos, de turmas e de escolas que oferecem cada ciclo de ensino. Os resultados estão resumidos na Tabela 1:

Tabela 1. Variação no número de matrículas, classes e escolas na rede estadual, ensino presencial, Estado de São Paulo, 2015-2016.

Etapas	2015-2016		
	Varição de Matrículas	Varição de Classes	Varição de Escolas que oferecem o ciclo
Ensino Fundamental (séries iniciais)	-628	-184	-23
Ensino Fundamental (séries finais)	-26.433	-1.956	-5
Ensino Médio	70.634	-645	8
Educação de Jovens e Adultos	16.509	19	-39
Total	60.082	-2.766	-59

Fonte: Cadastro de escolas da SEE-SP. Elaboração da Rede Escola Pública e Universidade.

Observou-se, em 2016, um aumento de aproximadamente 70 mil matrículas no Ensino Médio e de 16 mil matrículas na Educação de Jovens e Adultos, o que demandaria a abertura de novas salas de aula. Entretanto, ao invés disso, ocorreu a diminuição de 645 salas no Ensino Médio e um aumento muito pequeno de 19 salas da EJA, implicando em aumento do número médio de alunos por sala nessas etapas e modalidades. Mesmo no Ensino Fundamental, em que houve um recuo de 27 mil alunos matriculados, a diminuição registrada de 2100 salas foi muito mais abrupta, implicando também no aumento do número de alunos por sala nessas modalidades. Com o aumento da

lotação das turmas, há uma possível precarização da qualidade de ensino.

O documento da Fundação Seade de 2015 afirma que no período de 2000 a 2014 “O ritmo de queda nas matrículas, combinado com a retração no número de turmas, fez com o tamanho das turmas também diminuísse. Em média, as turmas dos anos iniciais do fundamental tinham 31,3 alunos em 2007, passando 27,8 alunos, em 2014. Nos anos finais a redução foi de 35,4 para 31,2 alunos por turma. No ensino médio, eram 36,6 alunos por turma, agora são 34,3”.

No entanto, constatamos que nos anos seguintes houve uma inversão nessa tendência, com o aumento do número de alunos por turma, sobretudo no Ensino Médio e EJA. Embora tenha ocorrido diminuição da média em todas as etapas entre 2014 e 2015, essa média volta a subir em 2016.

Tabela 2. Evolução da média de alunos por turma por etapa de ensino da rede pública estadual (2014-2016)

Etapa	2014	2015	2016
Ensino Fundamental I (séries iniciais)	27,8	27,4	27,5
Ensino Fundamental II (séries finais)	31,5	30,3	31,0
Ensino Médio	34,2	32,5	34,6
Educação de Jovens e Adultos	35,1	32,5	35,6

Fonte: Cadastro de escolas da SEE-SP. Elaboração da Rede Escola Pública e Universidade.

Com a Resolução 2 do governo paulista publicada no Diário Oficial do Estado em 09/01/2016 que permite ampliar em até 10% o número de alunos por sala de aula na rede estadual de ensino, alterando a resolução de 2008, a SEE aponta para a continuidade do aumento da média de alunos por turma, ao invés de sua diminuição.

Além disso, o levantamento do cadastro das escolas em 2016 mostra uma diminuição do número de escolas que oferecem as diversas modalidades de ensino (exceto no que diz respeito ao Ensino Médio, onde houve um aumento de 8 escolas). São 23 escolas a menos que oferecem as séries iniciais do Ensino Fundamental, 5 escolas a menos nas séries finais do Ensino Fundamental e 39 escolas a menos na Educação de Jovens e Adultos. Isso significa que diminuiu o número de unidades escolares que a população tem à sua disposição, e que a oferta escolar está, em comparação com 2015, mais concentrada em um número menor de escolas.

Por sua vez, os dados do cadastro, também enviado pelo Sistema de Informação ao Cidadão, com data base de 29/02/2016, mostra outra realidade de fechamento de escolas, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 3. Variação no número de escola na rede estadual, ensino presencial, Estado de São Paulo, 1996-2016.

Tipo de Ensino	Estadual																				
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ens. Fund. Séries/anos Iniciais	2.270	1.891	1.842	1.514	1.399	1.316	1.251	1.215	1.188	1.114	1.087	1.042	1.003	967	895	862	836	830	836	841	842
Ens. Fund. Séries/anos Finais	375	501	500	482	450	427	355	292	242	194	151	151	162	162	168	172	182	206	246	259	277
Ensino Fundamental	1.799	1.394	1.155	921	817	690	521	400	333	308	284	252	224	217	212	222	226	222	211	203	25
Ens. Médio	140	159	159	198	211	233	218	212	225	229	165	173	184	189	222	265	282	317	354	375	405
Ens. Fund. séries/anos Iniciais e Ens. Médio	74	61	54	58	61	60	53	50	51	43	45	42	41	41	44	34	38	32	34	31	33
Ens. Fund. séries/anos Finais e Ens. Médio	1.052	1.304	1.474	1.717	1.855	2.005	2.248	2.404	2.530	2.645	2.713	2.709	2.766	2.810	2.820	2.818	2.866	2.889	2.879	2.875	2.845
Ens. Fund. e Ens. Médio	965	749	744	724	775	750	766	805	835	825	859	875	827	789	720	691	635	578	554	551	521
Escolas Vinculadas	2.333	1.366	1.105	893	809	694	522	507	467	385	348	328	256	238	203	287	294	295	298	296	312
Total	9008	7425	7033	6507	6377	6175	5934	5885	5871	5743	5652	5572	5463	5.413	5.284	5.351	5.359	5.585	5.638	5.431	5.260

Fonte : 1996 a 2015 Censo Escolar e 2016 Cadastro de Alunos

Fonte: 199 a 2015 - Censo escolar

1996 a 2015 - Censo Escolar

2016 - Cadastro de Alunos (29/02)

Rede Escola Pública e Universidade – Professores e Pesquisadores em Política Educacional do Estado de São Paulo
e-mail escolapublicauniversidade@yahoo.com

Algumas questões para esclarecimento e debate:

1. Considerando que a tendência demográfica (ondas), o fluxo escolar e a migração inter redes não indicam de modo consistente uma tendência à redução da demanda educativa, ao que se soma o estoque de pessoas com baixa escolaridade a serem atendidas pela EJA, como se explica a redução do número de salas em 2016, sem que tenha ocorrido expressiva redução nas matrículas?
2. - Como explicar o fechamento de escolas classificadas como de EF (escolas que tem anos iniciais e finais do EF), conforme a Tabela 3, em que passamos de 203 escolas para 25 escolas no período 2015 a 2016 sem uma compensação desse número em unidades de outras categorias?
3. Dados oficiais, fornecidos pelos órgãos da SEESP e consultados no Censo Escolar, evidenciam diferença significativa quanto ao número de salas e matrículas no Ensino Médio em março de 2015, muito díspar daquele declarado no Censo Escolar em maio do mesmo ano, com a ampliação de salas e o “desaparecimento” de mais de 77 mil estudantes do Ensino Médio no intervalo de três meses de apuração de dados. Como se explica tal fenômeno?
4. Como explicar o fechamento de 39 unidades que atendiam a EJA, se houve um substantivo acréscimo de matrículas na modalidade? Em que se fundamenta o processo de nucleação da modalidade?
5. Verifica-se a queda no número de matrículas no Ensino Fundamental II entre 2015-2016 e o fechamento de 1.956 turmas, o que impacta diretamente na média de alunos por turma, que aumentou de 30,3 alunos por turma em 2015 para 31,0 em 2016. Se há diminuição de matrículas e salas disponíveis, porque não investir na diminuição da média de alunos por turma? No caso do Ensino Médio e EJA, há demanda represada e aumento de matrículas ao mesmo tempo em que ocorreu fechamento de turmas e extinção de ciclos em escolas. Qual a finalidade da resolução da SEE que autoriza aumento de 10% no número de alunos por sala, a partir de janeiro de 2016?